



OS MARCOS SOCIAIS DA MEMÓRIA E A EXPERIÊNCIA DA TRANSEXUALIDADE

Kueyla de Andrade Bitencourt¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo articular a memória educacional de transexuais na experiência escolar da educação básica, com ênfase nos processos de construção identitária e transformação corporal. Trata-se de um estudo teórico, a partir do referencial do sociólogo francês Maurice Halbwachs sobre marcos sociais da memória e memória coletiva, com ênfase na relevância da materialidade espacial da instituição escolar para a constituição dos atos de memória, situando a escola espacial e temporalmente entre o final do século XX e o início do século XXI, com características arquitetônicas, curriculares, culturais e vivenciais circunscritas. Discute-se sobre os valores, os pensamentos recorrentes e as possibilidades de visibilizar os modos dissidentes da experiência histórica da sexualidade e de que modo isso reflete na vivência cotidiana de estudantes transexuais no contexto escolar formal.

Palavras-Chave: Marcos Sociais, Memória, Transexualidade, Escola.

Introdução

Maurice Halbwachs inaugura uma perspectiva de memória enquanto fenômeno eminentemente coletivo, incluindo-o no âmbito das ciências sociais. A memória seria uma partilha do passado por membros de um grupo com uma experiência coletiva, imaginariamente imutável e que sedimenta valores, de modo que a memória coletiva seria a plataforma de ancoragem da identidade do grupo, que possibilita sua continuidade no tempo e no espaço. Qualquer rememoração individual está localizada nas múltiplas redes de solidariedade a que as pessoas pertencem, de modo que, na investigação das memórias “nada escapa a trama sincrônica da existência social atual” (HALBWACHS, 2004).

A partir disso, tem-se que a recordação² surge da reunião desses elementos múltiplos que traduzimos em linguagem e constitui-se, para Halbwachs (2004), como referência que situa as pessoas diante de constantes transformações dos marcos sociais e da histórica experiência coletiva, de modo que aqui essa referência não concerne a um fenômeno estanque ou a uma perspectiva essencializada, mas uma relação diferencial.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Docente da Universidade Federal da Bahia. E-mail: Kueyla@yahoo.com.br

² Na tradução das obras de Halbwachs para o português utiliza-se o termo *lembrança* para referir-se ao que nesse escrito chamamos de *recordação*, por considerar essa nomenclatura mais apropriada.



Para esse autor, as recordações são evocadas de fora e não existem aspectos puramente pessoais dos estados de consciência que se conservem na memória. Os estados de consciência vinculam-se com imagens de significação social que são representadas com frequência por pertencermos a uma sociedade e que em contato com as inclinações singulares podem ser ressignificadas. Ao partir do presente, a recordação utiliza-se da linguagem e dos pontos sociais de referência para ter contato com o manancial de acontecimentos passados e do status de consciência de então, caso esses possam ser acessados, pois existem situações em que as antigas impressões pessoais se tornam inacessíveis.

A memória coletiva, por sua vez, será apresentada nesse trabalho a partir da obra *Memória Coletiva* (2003) de Maurice Halbwachs. A memória coletiva é produzida alicerçada em grupos de pertença que possuem referenciais em espaços, instituições, valores, imagens, emoldurados em determinados períodos históricos, por determinadas sociedades. Para o sociólogo francês, podemos pensar em determinados objetos, pelo fato de fazemos parte de determinado grupo, pois, a partir dele, mantemos relações familiares, religiosas, de classe, na realidade social experienciada, e asseguramos as recordações mais consistentes. Estes marcos coletivos não se referem a formas vazias que encaixariam recordações vindas de fora, são instrumentos que reconstróem o passado, consoante os pensamentos dominantes na sociedade.

Alguns críticos, no entanto, afirmam que Halbwachs desconsidera o caráter dialógico e negociável da memória, o que reduz o potencial explicativo de sua teoria, pois não leva em consideração a dinâmica dos conflitos pela hegemonia da memória, as lutas e os interesses antagônicos presentes nas disputas de grupos sociais pela construção social do passado. Considerar o conflito de interesses é imprescindível quando se trata de processos referentes a experiência dissidente de sexualidade e do gênero no contexto escolar, a exemplo da transexualidade. Por estar inserida na sociedade, a escola encerra muitas contradições sociais e geralmente enaltece determinado tipo de sexualidade, ao tempo em que exclui ou silencia as sexualidades consideradas dissidentes.

Para esse estudo cabe considerar a alusão feita por Maurice Halbwachs (2004) aos marcos sociais como instrumentos da memória coletiva por meio dos quais seria possível, levando-se em consideração o período e os personagens prevaletentes na sociedade, reconstituir uma imagem passada. A partir dessa premissa, cabe o questionamento sobre quais seriam os valores, os pensamentos recorrentes e as possibilidades de visibilizar os modos dissidentes da vivência da sexualidade, em suas experiências históricas, sobre o processo da

transexualidade e de que modo eles estariam reverberando nas relações das/os estudantes transexuais no contexto educacional.

Nesse trabalho especificamente considera-se a instituição escolar, localizada espacial e temporalmente, a escola do final do século XX e início do XXI, com características singulares quanto a arquitetura, currículo, cultura e vivência da sexualidade. Debruçar-se sobre a organização escolar revela sua fecundidade para explicar a complexidade de fenômenos que ocorrem em seu cotidiano, abordar a dinâmica interna de seu funcionamento, através de métodos de ensino, ritos escolares, programas, valores, circulação de ideias, legislação, e admitir, desse modo, a escola como produtora de uma cultura.

Os marcos sociais da memória

Em sua obra, *Os quadros sociais da Memória*, publicada em 1925, Maurice Halbwachs, influenciado pela concepção de Durkheim de impessoalidade e coerção dos fatos sociais sobre os grupos, assegura que a memória está fundamentada em lugares, valores, instituições, imagens que constituem os marcos sociais e que esses marcos conservam memórias coletivas de variados grupos que interagem de modo vigoroso na realidade. Desse modo, pensar as questões relacionadas a evocação e localização das recordações, significa ter como referência os quadros sociais que se constituem como referencial imprescindível nos estudos de memória.

Os marcos sociais da memória, segundo Halbwachs (2004), permite-nos perceber como testemunhas da vida cotidiana, fazendo-nos compreender sua continuidade social, seu encadeamento e temporalidade, reportando-nos à ideia de que só podemos lembrar efetivamente, por meio da sociedade. Desse modo, nosso engajamento no bojo das relações sociais nos torna mais cômicos da condição de indivíduo, a medida que nossas relações se desdobram incessantemente

Para o autor de *Os quadros sociais da memória* as pessoas não revivem o passado, mas o representa a partir da reconstrução de situações que são distintas em suas execuções, mas que possuem uma estrutura de ordenamento e, para tanto, faz-se necessário reposicioná-lo em um conjunto de práticas, pessoas, lugares e ideias, o que demanda considerável esforço mental para trazer uma recordação ao presente, muitas vezes ignorada, por acreditar ser suficiente trazer à consciência apenas a ordem cronológica dos fatos.

A partir do entendimento de que a rememoração ocorre a partir do presente, os princípios dos marcos sociais da memória reportam-se às concepções proporcionadas pelas

relações sociais do nosso tempo, assumindo o incessante processo de transformação pelo qual passam os marcos. Destarte, localizar uma recordação requer a combinação de uma rede de sentidos com o intuito de situar essa recordação em um grupo de significações dadas socialmente e que incluem questões com o trabalho, laços familiares, relações com o conhecimento científico, dentre outras acepções.

A partir dessa discussão, será abordada a Memória Coletiva, conceito criado por Halbwachs em 1925, ao elaborar os marcos sociais da memória, sendo esta considerada pelo autor como uma categoria sociológica representada na noção de tradição, que expressa uma ideia normativa da memória social e acaba por ser transmitida por meio dos hábitos coletivos. Sendo que, será explanada a perspectiva da memória a partir do espaço, do ambiente material que traz a marca pessoal e das pessoas com as quais se relacionam, a fim de chegar aos atos de memória da transexualidade no espaço educacional escolar.

A Memória Coletiva e as Recordações

Ao fazer referência às memórias coletiva e individual e ao levar em consideração que a memória coletiva está relacionada aos grupos sociais de pertencimento, Halbwachs afirma que geralmente utilizamos de testemunhos para fortalecer ou debilitar o conhecimento a respeito de um evento. No entanto, não se trata de juntar pedaços de acontecimentos, e sim propiciar a partilha de noções comuns que estejam ou estiveram fazendo parte de um grupo. Só assim a lembrança pode ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 2003).

O aparecimento da recordação não se trata da soma de várias reflexões, de um ato propositado, e sim de avizinhamentos de percepções determinadas pela ordem – no tempo e no espaço – que apresentam determinados objetos sensíveis. A percepção serve para nos deixar em uma disposição física e sensível favorável ao reaparecimento da recordação. Reconhecer a imagem que nos dá acesso às recordações seria vinculá-la a outras imagens, formando um quadro, conseqüentemente, é preciso que nos situemos em um grande número de ambientes coletivos, o que fazemos por consequência de encontros, ao acaso, pois não o procuramos deliberadamente. As causas que determinam essas lembranças não dependem do indivíduo, são partes exteriores e sobre cada uma delas exercemos limitada influência. “Esse é o limite do qual nos aproximamos, à medida que se complicam e se multiplicam os dados sociais que entram em nossas lembranças.” (HALBWACHS, 2003, p.57).

É comum atribuímos ao indivíduo reflexões e sentimentos inspirados pelo grupo e, por ele estar em uníssono com o coletivo, não distinguimos se o ponto de partida está nele ou no próprio grupo de pertença. Nessa relação entre o indivíduo e grupo, Halbwachs afirma que “se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo” (2003, p.69), o que não justifica uma abordagem individualizante do processo de rememoração.

Ao tratar das memórias individuais e coletivas, segundo Peralta (2007), Halbwachs tende a submeter as memórias individuais aos padrões coletivos e a recordação é subordinada ao pertencimento a um grupo. Desse modo, “ao sujeitar a memória a este determinismo social, Halbwachs negligencia as tensões dialécticas existentes entre memória individual e a construção social do passado” (PERALTA, 2007, p.6). Além disso, trata o indivíduo como passivo, diante de uma vontade coletiva que interioriza.

Transexualidade e Memória

No que tange a experiência coletiva da transexualidade, antes da década de 1950 não existiam definições ou caracterizações específicas para transexuais e a concepção desse fenômeno ocorreu por meio da proliferação de publicações médicas referente a temática. Em 1960 esses discursos teóricos ganharam visibilidade e foram colocados em funcionamento a partir da definição da transexualidade como uma doença e sua posterior inclusão no Código Internacional de Doenças na década de 1980, que resulta na construção de um personagem, a/o verdadeira/o transexual e na patologização da experiência trans³. Nos tempos hodiernos a transexualidade torna-se bastante discutida e visibilizada, inclusive no âmbito acadêmico, e remonta às discussões sociológicas, jurídicas, psicológicas, biomédicas e educacionais, o que não significa que ela não continue sendo alvo de preconceito e que sua naturalização tende a apresentá-la como a-histórica.

Dada a relevância atribuída à escola no processo de socialização dos infantes e adolescentes em nossa realidade social e levando em consideração a ideia de que “recordar é reconstruir o passado a partir dos marcos sociais existentes em seu grupo” (HALBWACHS, 2004, p. 371), aqui considera-se a possibilidade de conceber a instituição escolar como um espaço elementar no processo de rememoração, sendo esta instituição influenciada vigorosamente pelos marcos citados por Halbwachs como a religião, a família, a classe social.

³ Nesse trabalho, utiliza-se esse termo de forma genérica para se referir a transexuais.

O marco social desempenha, em alguma medida, por intermédio da experiência, o papel de organizador das lembranças, cujos sentidos estão associados inextrincavelmente a um determinado grupo social (HALBWACHS, 2004).

Assim sendo, ao considerar que a escolarização é obrigatória em nosso país nos primeiros anos de vida e que esse processo situa-se dentro do projeto moderno que almeja, através da educação, alcançar modelos civilizatórios, emancipar a humanidade e combater a pobreza e a ignorância, sugere-se que a maioria das transexuais passaram pelos bancos escolares nos primeiros anos de vida e que poderiam organizar recordações sobre essa experiência a partir das referências grupais que compartilham e das redes de sentido forjadas socialmente.

Pode-se dizer que as memórias coletivas referentes ao sistema de valores e significações da escola são imprescindíveis para emoldurar as recordações trazidas pelas transexuais sobre sua experiência nesse contexto. Faz-se mister problematizar a contribuição da escola para os processos de construção das memórias, das identidades e as experiências de socialização dos sujeitos. Ao tratar da transexualidade tem-se que muitos jovens, em busca de reconhecimento social, começam a modificação corporal ainda quando estão cursando o ensino fundamental e muitos são vítimas de preconceito e deixam de estudar por conta da marginalização sofrida.

Além das normas regulatórias que sustentam o sistema corpo-sexo-gênero cabe também indagar sobre os imperativos da heteronormatividade que operacionalizam os processos de exclusão (BUTLER, 2000) como o que ocorre com transexuais. As escolas não suportam trabalhar com pessoas trans, pois empreendem um trabalho a fim de estabelecer e reiterar a norma heterossexual. Em vista disso, um fato considerado como discriminação, pode abalar de modo impactante a percepção afetiva de uma pessoa e ter repercussões materiais e psíquicas no grupo que a mantém no conjunto de suas representações, mas depois que esse fato deixa de ter significação social, ele pode passar a concernir apenas o indivíduo (HALBWACHS, 2004).

Na sociedade contemporânea, os lugares são mais fortemente determinados e a memória nos ilude de que não somos aprisionados aos grupos de pertencimento. Quando se trata das transexuais, cabe a problematização quanto a esses lugares e sua relação com a memória, uma vez que, muitas delas, por sofrerem estigmatização e não se sentirem pertencentes aos grupos sociais de referência, família, escola, afirmam que não desfrutam de um pertencimento social descontraído, mas que precisam lembrar-se a todo instante o lugar de abjeção em que são colocadas socialmente, portanto, preferem a convivência cotidiana entre os pares na realização

de quase todas as atividades sociais, a fim de que se sintam mais protegidas da violência sofrida cotidianamente, sobretudo nos espaços públicos. Assim, para Bitencourt,

o território da amizade serve como âncora nos processos de experiências dissidentes da sexualidade vividas pelas travestis. Em suas vivências é possível observar indícios de estratégias traçadas a fim de produzir os supracitados contornos como as moradias coletivas, as viagens, as cumplicidades entre travestis de diferentes localidades. (2018, p.170)

Para Halbwachs (2003), as memórias coletivas instigam a sociedade, como consequência das noções elaboradas e encerradas nos marcos sociais delimitados que de certo modo exercem coerção sobre os grupos sociais. A memória, então, que se refere a um passado inexistente, sobrevive interposta pelos grupos sobreviventes. Analogamente, pressupõe-se que o grupo *trans* possui inúmeras características compartilhadas no decorrer do tempo e que servem como constitutivas de suas expressões sociais e culturais, como as estratégias utilizadas no processo de transição, a hormonioterapia, as cirurgias reparadoras e de redesignação, o trânsito pelos espaços públicos, o medo da violência, o uso do banheiro, o processo de formação identitária, o uso do nome social e diversas outras performances. Sendo que, essas estratégias se modificam incessantemente ao longo da trajetória histórica desse grupo e alguns componentes deixam de existir, concomitante ao surgimento de demandas que dependem das exigências dos grupos e do momento presente, assim,

(...) as memórias coletivas, construídas pelos grupos sociais conviventes numa sociedade, que são assimiladas dentro de quadros sociais, materiais e morais vivenciados pelos indivíduos dentro de contextos históricos sociais constituídos por classe, por familiares, por experiências religiosas, etc. onde se constrói a memória do vivido, que nem sempre é arbitrária ou controlada pelo conhecimento histórico, mas que continua se manifestando na realidade, por meio de contextos, costumes, valores que continuam sendo recordados pelos indivíduos sociais a depender da necessidade desses grupos e do estágio da realidade que conforma as necessidades do seu presente. (MAGALHÃES, 2016, p. 171).

Ao falar de lembranças da infância, por exemplo, Halbwachs (2003) afirma que as vezes é primordial lembrar o local e a época, ou, em alguns casos, apenas o acontecimento. Mesmo os que parecem não ter referências sociais na infância, como em casos de vivências infantis dolorosas, a família e a escola estão presentes. As transexuais, ao falarem sobre suas experiências enquanto infantes e como percebem seu processo de formação e identificação social, apontam para as referências instituídas pelas famílias e pela escola que predizem comportamentos sociais acerca dos corpos infantis. Essas instituições têm um papel fundamental na construção identitária dessas pessoas, e comumente aparecem como lugares onde a opressão e a intolerância são mais fortes. Nesses casos, a corrente de pensamento social é tão presente e tão naturalizada que as vezes nem é notada, pois

no primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que tiveram mais frequentemente em contato com ele (HALBWACHS, 2003, p. 51).

Para Magalhães e Almeida (2011), existem memórias coletivas que são controladas a partir da reprodução de certas relações sociais, consoante os grupos sociais que as referenciam. Desse modo, constata-se um controle do uso da memória a partir do fato de que algumas memórias são objetos de destaque e outras de esquecimentos, em contextos específicos.

Aproximações com as narrativas sobre as trajetórias escolares de pessoas *trans* apontam que estas se constituíram, em muitos casos, por memórias traumáticas (BENTO, 2011) e revelam processos dolorosos vivenciados na fabricação de si e a escola. O nome social, que funciona como reconhecimento dos outros do seu processo de fabricação; a utilização do banheiro, que evidenciam espaços interditos e geradores de violência, sobretudo para as mulheres transexuais; as aulas de educação física, e a manutenção do padrão binário na formação das identidades de infantes e adolescentes; a relação com professores e funcionários, abarrotada de preconceitos e pautadas em discursos religiosos são exemplos desses processos.

Cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, que se modifica de acordo com o lugar ocupado, que por sua vez muda de acordo com as relações que são mantidas com os ambientes. A sucessão de lembranças, mesmo as individuais, se dá pelas mudanças nas relações com os ambientes coletivos e pelas transformações destes ambientes. Desse modo, esse trabalho busca enfatizar as imagens espaciais que desempenham um papel significativo na memória coletiva, dando materialidade ao espaço e aqui prosseguimos na problematização da memória de transexuais acerca das vivências educacionais no espaço escolar formal.

A memória coletiva e a materialidade espacial do ambiente escolar

Analisar a memória significa pensar as experiências, relações e situações definidas socialmente em um determinado tempo e em determinado lugar, a partir de experiências consensuais ou divergentes, em uma relação entre passado e presente. Analisar, por sua vez, os estudos da memória da história da educação significa

reclamar o entendimento da apropriação das experiências passadas no presente, sua ativação dialética, como uma das formas, dentre outras tantas, de entendimento das estruturas econômicas, mentais, culturais e ideológicas que, inevitavelmente, entrelaçam realidade presente e passada, dentro das razões históricas em que foram produzidas e para as quais estão sendo mantidas. (MAGALHÃES, 2016, p.169).

Consoante Halbwachs (2003), os objetos reencontrados e os seus lugares recordam uma maneira de ser comum a um conjunto de pessoas e quando analisamos esses grupos, o fazemos através de cada parte, a fim de saber suas contribuições. Destarte, deve-se atentar para as inúmeras interfaces encontradas no contexto da escola, que se diferenciam, dentre outras coisas, de acordo com os níveis de ensino, o projeto político pedagógico e os grupos que compõem esse cotidiano. Para Frago (2001) cada grupo tem uma maneira peculiar de pensar, expectativas, interesses e modos de agir. Então, pode-se presenciar a cultura dos alunos, dos professores e dos gestores, além de culturas externas que incidem sobre aquelas e podem causar modificações no dia a dia e nas práticas educacionais.

O grupo molda a partir do espaço que habita, ao tempo em que se moldam as coisas materiais que a ela resistem, desse modo, o local recebe a marca do grupo e vice-versa. Os aspectos e detalhes do lugar só têm sentido para os membros de determinados grupos, sobretudo aqueles mais estáveis, o que nos leva a refletir sobre a forma específica com que as transexuais vivem os espaços escolares, por enfrentarem situações de preconceitos e de resistências.

Há sempre outras possibilidades de ocupação dos territórios, através da resistência e, no que se refere especificamente às questões de gênero e sexualidade, de embate aos sistemas sexuais binários, às lógicas normativas, ao patriarcado e ao conceito conservador de família. Uma importante estudiosa da área, Berenice Bento, reflete sobre o resultado de sua pesquisa e destaca que “[a] escola é lembrada como um espaço de terror, onde os/as transexuais eram vítimas de todo tipo de preconceito” (2006, p.208). Guardam entre si histórias de sofrimento e dor relativas as vivências escolares, no entanto a escola pode também ser um espaço de resistências e negociações que possibilitam reflexões, bem como experiências múltiplas. É sabido, a partir de pesquisas já realizadas sobre essa temática (BENTO, 2006; LOURO, 2000; ANDRADE, 2015), que muitas transexuais não concluem o ensino fundamental, ingressam em trabalhos informais, evadem ou são expulsas da escola, muitas vezes impelidas à prostituição, contudo, pode-se pensar ainda na construção e (trans)formação desses sujeitos no âmbito escolar como resistências e possibilidades de reinvenção da sexualidade. Assim, consoante Halbwachs (2003) pode-se afirmar que o deslocamento das pessoas dos lugares a que estão acostumados não ocorre sem resistência, ressentimento, sem deixar para trás parte de si.

No *Memória Coletiva*, o autor afirma que a conservação material é importante, pois retornamos ao passado que nossa imaginação a cada instante reconstrói, assim, a medida que nosso pensamento se fixa no passado, ele é capaz de lembrar, de modo que, “(...) não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. O espaço é uma realidade que

(83) 3322.3222

dura.” (2003, p. 170). Apenas com a representação do lugar não podemos pensar na ação do grupo que a ele esteve associado, mesmo não havendo “grupo nem gênero de atividade coletiva que não tenha nenhuma relação com o lugar” (HALBWACHS, 2003, p. 173).

Considerações finais

São muitas as contribuições de Halbwachs, sobretudo no que refere a construção e a manutenção da identidade dos grupos quanto à construção de uma memória do seu passado coletivo. Contudo, para esse autor, identidade e a memória são concebidos como sistemas estáticos e coerentes, de acepção de valores que mantém os vínculos afetivos dos integrantes dos grupos, temporal e espacialmente, e a memória comum a todos os indivíduos é submetida a padrões sustentados coletivamente. Segundo Peralta (2007), a memória coletiva, para além de uma perspectiva halbwachiana, é um sistema que possui significados divergentes no tempo e é um processo de recriação cultural dinâmico, mediada pelo controle ideológico e por experiência social de grupos que mantém a estabilidade social enquanto se adapta a mudança.

Desse modo, cabe o questionamento na esfera da educação de como a memória e as experiências históricas que ela encerra está sendo utilizada pelos grupos sociais para estabelecer relações educacionais e reconstruções da realidade que por muito tempo ficaram submersas em função de vínculos em que vigorava o abuso de poder. Portanto, parece indispensável o estudo da memória nos espaços de educação, considerando diferenciadas fontes e manifestações, e a partir das dimensões teóricas e práticas estudar o passado e as negociações do presente. Assim, “como qualquer elemento da estabilidade que faz falta no mundo dos pensamentos e dos sentimentos, é na matéria e em uma ou muitas partes do espaço que ela precisa garantir seu equilíbrio” (HALBWACHS, 2003, p.184). Os lugares contribuem para a estabilidade das coisas materiais e delineiam limites que auxiliam a imobilizar e durar, sendo essas características condições da memória.

Cada sociedade faz o recorte do espaço a sua maneira, mantendo um ponto estável em que consegue encontrar suas lembranças. Para o autor supracitado,

(...) é justamente a imagem do espaço que, em função de sua estabilidade, nos dá a ilusão de não mudar pelo tempo afora e encontrar passado no presente – mas é exatamente assim que podemos definir a memória e somente o espaço é estável o bastante para durar sem envelhecer (HALBWACHS, 2003, p.189).

Assim sendo, os diversos significados que atribuímos ao passado são dinâmicos e incansavelmente construídos e reconstruídos por diversos atores no decurso do tempo. A complexidade da memória requer uma abundância de modelos interpretativos que a caracteriza

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

como um vasto campo de estudo, que abarca diversas disciplinas e possui difícil delimitação conceitual. Cabe destacar que, não obstante a heterogeneidade de modelos explicativos, a apropriação de experiências do passado no presente inevitavelmente encerra relações de poder que mantêm ou rompem com determinadas relações sociais e, além disso, existe uma seletividade da memória, pois não existe pesquisa desinteressada. Portanto, para concluir a discussão sobre a memória coletiva e a vivência da transexualidade nos espaços escolares é extremamente salutar pensar nos limites desses espaços, nos direitos que eles encerram, e nas possibilidades distintas de ocupação dos grupos sociais de cada lugar no espaço.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira. **Travestis na escola** : assujeitamento ou resistência à ordem. Rio de Janeiro : Metanoia, 2015.

BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2006.

_____. **Na Escola se Aprende Que a Diferença Faz uma Diferença**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v 19, n. 2, p. 549-559, agosto, 2011.

BITENCOURT, Kueyla Andrade. TRANSterritorializações – O espaço (im)preciso da travestilidade. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 154-173, 2018.

BUTLER, Judite. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FRAGO, Antonio Viñao. ¿ Fracasan las Reformas Educativas? La Respuesta de un Historiador. **In**: Sociedade Brasileira de História da Educação (Org.) **Educação no Brasil**: história e historiografia. Campinas – SP: Autores Associados; São Paulo: SBHE, 2001, p.21-52.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memória**. Caracas : Anthropos Editorial, 2004.

_____. **Memória Coletiva**. São Paulo : Centauro, 2003.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Autentica, Belo Horizonte, 2000.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n. 67, p.165-174, Mar. 2016.

MAGALHÃES, L. D. R.; ALMEIDA, J. R. Relações simbióticas entre Memória, História e Educação. In: **História, Memória e Educação**. Campinas, Alínea, 2011.

PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social**: uma resenha crítica. Arquivos da Memória, n. 2, p 4-23, 2007.